



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

NOTA DE ESCLARECIMENTO I

ÀS EMPRESAS INTERESSADAS NO PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 010/2013

Torno público a todos os interessados em participar do **Pregão Eletrônico nº 010/2013**, a Solicitação de Esclarecimentos encaminhada pela empresa NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A, acerca do certame supra mencionado e os respectivos esclarecimentos prestados.

QUESTIONAMENTOS:

1) Analisando o edital do Pregão Eletrônico nº 010/2013, deparamos com a existência de solicitação da dedução/incidência de ICMS.

Informamos que não é possível o atendimento das cláusulas 9.4 do edital, tendo em vista que não existe dedução/incidência de ICMS para contratos de seguros.

Diante do exposto perguntamos: Podemos desconsiderar esta exigência uma vez que para este tipo de serviço não se tem dedução/incidência de ICMS bem como ao fato da empresa não ter sua sede no Estado do Rio de Janeiro?

.....
Podemos desconsiderar a cláusula nº 9.4 do edital visto que o contrato de seguro se prova com a respectiva emissão da apólice?

2) A Cláusula nº 16.3 do edital, diz que: A contratada deverá encaminhar a fatura para pagamento à Superintendência de Orçamento e Finanças, sito à



GOVERNO DO
Rio de Janeiro



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

Rua Pinheiro Machado s/nº - Palácio Guanabara – Laranjeiras – Rio de Janeiro – RJ, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS relativos à mão de obra empregada no contrato.

Podemos entender que somente as certidões de Certificado de Regularidade de FGTS, Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) cumprem a exigência da cláusula nº 16.3 do edital?

- 3) Não é possível o atendimento da cláusula 16.9 do edital e cláusula nº 6.2 do termo de referência do edital (Anexo I do edital), tendo em vista que não existe emissão de nota fiscal para contratos de seguros. O contrato de seguro se prova com a respectiva emissão da apólice, nos termos do art. 758 do Código Civil Brasileiro, e também o art. 9º do Decreto-lei nº 73/66 (Em atendimento ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2013, cumpre-nos esclarecer que esta Seguradora esta impossibilitada de emitir notas fiscais para os contratos de seguros, por este motivo, vimos argumentar nos seguintes termos:

4) A cláusula nº 18.6 do edital, diz que:

A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, se for o caso, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que :

- a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de*



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;

b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;

c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e

d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

Podemos entender que somente as certidões de Certificado de Regularidade de FGTS, Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e as Terceiros e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) cumprem a exigências da cláusula nº 16.3 do edital?

ESCLARECIMENTOS PRESTADOS:

À Empresa NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A

- 1- Em atenção ao questionamento formulado acerca do dispositivo contido no subitem 9.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 010/2013, esclareço que o mesmo ressalta em seu texto que a o licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar proposta isenta de **ICMS, quando cabível, conforme pode-se verificar abaixo:**

“9.4 O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SER nº 047/2003, com alteração introduzida pela Resolução SER nº 121/2004, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação”. (grifo nosso)

- 2- Em atenção ao segundo questionamento formulado pela empresa, esclareço que os documentos elencados no item 13.3 do Edital comprovam que a





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

empresa encontra-se com sua regularidade fiscal e trabalhista em dia, uma vez que trata-se de contrato com pagamento à vista, conforme previsto no item 16.7 do edital do certame.

3- Com relação ao questionamento alusivo ao dispositivo contido no subitem nº 16.9 do edital do Pregão Eletrônico nº 010/2013, esclareço que a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro está vinculada as Minutas-padrão editadas pela Procuradoria Geral do Estado, restando claro, que apesar das adaptações permitidas algumas cláusulas não se aplicam a todos os certames.

No caso de contratação de seguros, portanto, é do conhecimento de todos os licitantes e da Administração que a contratação se prova com a emissão da respectiva apólice, entretanto, para fins de pagamento, a empresa deverá encaminhar fatura à Superintendência de Orçamento e Finanças, sito à Rua Pinheiro Machado s/nº - Palácio Guanabara – Laranjeiras – Rio de Janeiro – RJ, na forma prevista no Parágrafo Segundo da Cláusula Décima Segunda da minuta contratual (Anexo 4 ao Edital).

4 – Finalmente, com relação ao questionamento nº 04, referente ao subitem nº 18.6 do edital, esclareço que o dispositivo refere-se à contratos com pagamentos fracionados ou mensais, se for o caso, conforme ressaltado no texto do mesmo, abaixo transcrito, ressaltando que o pagamento referente ao Contrato em questão, a ser celebrado, será À VISTA, conforme o disposto no subitem nº 16.7 do edital do certame.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

"18.6 A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, se for o caso, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que :

- a) *está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso; "(grifo nosso)*
- b) *está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;*

Atenciosamente,

ADRIANA PAIXÃO DE ALMEIDA
PREGOEIRA